

REGISTRO DA AUDIENCIA PUBLICA - REVISÃO DO PLANO DIRETOR

02/09/2017

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia dois de setembro de dois mil e dezessete, na UME Professora Maria Carmelita Prost Vilaça, sito à Av. Prof. Aristóteles Menezes, 11, Ponta da Praia, Santos, realizou-se a audiência pública sobre a discussão da Minuta de Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana do Município de Santos. O secretário adjunto Arq. Glaucus Renzo Farinello iniciou a audiência onde informou que o plano diretor é a primeira etapa de um conjunto de quatro leis prioritárias que serão desenvolvidas. Observou que a apresentação é simplificada, apresentando alguns ajustes em uma estrutura já consolidada. Em seguida explicou a dinâmica da audiência, explicou que quem não quisesse falar poderia se manifestar através do site da prefeitura. Em seguida deu início a apresentação expondo os princípios básicos do plano diretor e seus objetivos. Exibiu slides das alterações onde os pontos principais foram: a delimitação do perímetro urbano, criação de subdivisão da macrozona continental, ampliação da macrozona centro, criação da zona especial de praia e zona especial de renovação urbana, sistematização para cadastro único de habitação. Posteriormente passou a palavra a Arq. Fernanda Alarcon que prosseguiu falando dos locais das outras audiências e apresentando os instrumentos da política urbana propostos no plano diretor. Em seguida, abriu a palavra ao público. O senhor **Martinho Leonardo**, presidente da sociedade melhoramentos da aparecida, pediu urgência na regularização fundiária da Área Continental de Santos para combater e prevenir as invasões, em seguida leu ofício encaminhado a prefeitura onde solicita a construção de sobreposição dos canais 4, 5 e 6, na Rua Liberdade e Comendador Alfaia Rodrigues. Pede a viabilização de ciclovia na av. Pedro Lessa. Entregou projeto a equipe que mostra construção de pontos para diminuir fluxo na Pedro Lessa e Afonso Pena. Falou sobre congestionamentos na Ponta da Praia, e que o adensamento deve prever aumento do volume de carros. Sugeriu ainda a construção de acesso na Av. Mario Covas sentido Centro em frente ao canal 6 e implantação de cruzamento semafórico; a proibição de estacionamento em pública no lado direito da Rua Frei Francisco Sampaio, entre a Av. Almirante Cochrane e a Rua Oswaldo Cochrane, no horário das 17 às 20 horas; e evitar o estacionamento de caminhões que prejudicam a visibilidade no cruzamento, a instalação de tachões na esquina das vias Afonso Penna, João de Barros e Alfaia Rodrigues, no sentido Pedro Lessa. O senhor **André Gonçalves Fernando** solicitou a redução dos cruzamentos semafóricos para aumentar a fluidez no trânsito. Pediu melhorar a distribuição dos usos na cidade para melhorar a mobilidade, acredita

que a política de proteção cultural de Santos, baseada nos Corredores Culturais do Rio de Janeiro, é equivocada; sugeriu primeiramente a investigação das razões que levam um imóvel a estar sem uso antes de aplicar o IPTU progressivo. E apontou como razões a morosidade da PMS no licenciamento das atividades. Falou ainda sobre o conflito existente entre a proteção cultural e a circulação de veículos de carga nas áreas onde existe o desenvolvimento de atividades que impliquem o uso de caminhões. E reclamou da falta de participação dos vereadores nas audiências. O senhor **Bruno**, presidente da associação da Vila Sapo, falou que luta por habitação, mas que a lei federal é que emperra, não os vereadores. Chamou atenção às dificuldades de aplicação de PEUC no Centro em decorrência da grande quantidade de espólio. Reivindicou a intensificação da fiscalização da PMS nos imóveis protegidos do Centro. Demandou que os recursos da OODC sejam revertidos para a provisão de habitação de interesse social. Solicitou soluções para o gargalo no acesso às balsas na Ponta da Praia. O senhor **Wanderlei** solicitou mais atenção às calçadas da cidade, são muito ruins para a circulação de pedestres, com barreiras como postes em calçadas de pequena dimensão); propôs o rodízio de carros para solucionar o excesso de veículos individuais em circulação na cidade; questionou pontos de ônibus em frente a saída de carros em prédio e queixou-se das placas de vias escondidas, sem visibilidade. O senhor **André** opinou que rodízio de carro não ajuda, e sim transporte urbano de qualidade. O senhor **Nilson** queixou-se do abandono da policlínica da Zona Noroeste; solicitou a substituição e manutenção de algumas placas de identificação de ruas; chamou atenção para a comercialização irregular de GLP na cidade. Queixou-se ainda do estado dos canais, que precisam de reparos, pediu solução para resolver o conflito, no Macuco, entre o uso residencial e o retroportuário. Queixou-se das estações do VLT não apresentarem sanitários; pediu disponibilização de paraciclos na cidade e que não há vagas para bicicletas. Sugeriu construção de pontilhão na Cunha Moreira com canal 3. Falou que a orla está sucateada, que tem gente lavando roupa nos chuveiros dos jardins da praia. E por fim queixou-se do excesso de fios pendurados nos postes de energia elétrica. A senhora **Marcia**, diretora de escola e munícipe, solicita que seja inserido na minuta a prioridade da educação na cidade, para que os municípios tenham mais tolerância com o ruído das escolas, e que tenham decibelímetros nas escolas para controlarem o barulho das atividades. Demandou que a lei federal seja cumprida e que todas as escolas sejam acessíveis; e que exista previsão e estímulo a implantação de hortas nas escolas e por fim sugeriu que as escolas funcionem como ecopontos. O Senhor **Marcos** solicita a provisão de vagas de bicicletas em estabelecimentos comerciais. A senhora **Gisleine** queixou-se da saída Mario Covas com Pedro Lessa, que os ônibus param no meio da rua para os passageiros, e que a rua do peixe também é complicada de atravessar e pegar ônibus. O senhor **Fernando** pediu que sejam priorizados o

modal cicloviário e os pedestres na circulação urbana e que faixas de segurança sejam colocadas em rotatórias. Sugeriu fiscalização e penalização de ciclistas infratores, especialmente aqueles que andam sobre as calçadas. Demandou por audiência devolutiva para que recebam a resposta da administração municipal às suas demandas. O Senhor **Antônio** pediu fiscalização da ocupação irregular dos passeios públicos pelos estabelecimentos comerciais. Queixou-se da vegetação plantada ao longo das divisas frontais dos lotes, como plantas com espinhos ou que ocupam muito espaço, reduzindo a área de circulação dos pedestres nas calçadas. Sugere maior fiscalização e da distância em que estacionam os ônibus municipais para o embarque e desembarque de passageiros, é muito distante. Pede solução para resolver os problemas de mobilidade decorrentes dos passeios desnivelados e de piso sem padronização. A senhora **Clarissa**, moradora do bairro e membro do CMDU, solicitou a apresentação do diagnóstico utilizado para a definição do perímetro urbano; a justificativa técnica para a ampliação da Macrozona Centro; a vinculação de prazos para as ações e objetivos definidos no Plano Diretor. Questionou a morosidade na delimitação em lei das Áreas de Adensamento Sustentáveis, previstas no PD desde 2013, demarcadas em minuta da LUOS em 2014 que foi à discussão no CMDU e ainda não delimitadas oficialmente. Sugeriu a definição do Coeficiente Básico no Plano Diretor, pois nenhum instrumento de política urbana, do Estatuto da Cidade pode ser aplicado sem este parâmetro; e o embutimento de faixa também nas ZEIS 1, áreas de grande restrição de espaço para a implantação de circulação pública. Questionou o porquê dos instrumentos do estatuto da Cidade, previstos em lei desde de 2005, atualizados no Plano Diretor de 2013, ainda não foram aplicados. Solicitou a delimitação das áreas de aplicação de PEUC no Plano Diretor. Questionou o propósito do monitoramento do Plano Diretor, previsto em 2013 e ainda inexistente. Sugeriu, a partir da constatação da baixa representatividade da audiência - poucas pessoas presentes - maior divulgação e transparência. A senhora **Valéria**, professora e arquiteta, demandou o levantamento que definiu o limite de adensamento urbano de cada região da cidade e queixou-se da rapidez no processo de discussão do Plano Diretor. Sugeriu ainda que o planejamento da cidade seja discutido nas escolas com o uso de cartilhas explicativas. O senhor **Marcos** falou sobre a lei federal que pode fiscalizar o porto, queixou-se da ponta da praia poluída e que a gestão das praias é importante se for para fiscalizar o que pode ou não para evitar a deterioração da orla. O senhor **Maurício**, sociólogo e representante da vereadora Telma, falou que a Lei de uso e ocupação do solo tem que ter coerência com o Plano Diretor. Questionou o motivo da retirada da obrigação da realização das Conferências da Cidade do Plano Diretor e sugere que permaneça o texto vigente, e a retirada da prioridade de HIS e HMP na política de revitalização do Centro. Sugere o retorno do texto original. O senhor **Wanderlei** que o medidor de material particulado instalado no Rebouças deveria

ser transferido para o Porto. Solicita solução para as famílias que estão morando na rua no bairro Saboó e cuidados para prevenção da proliferação do mosquito da dengue na Vila Saboó, nos diversos ferros-velhos lá instalados. O senhor **Nilson** sugeriu a proibição de tráfego de skate motorizado nas ciclovias e do tráfego de skates nas vias públicas. Questiona a propósito da continuidade da implantação do Programa Calçada para Todos. Sugeriu intensificação da fiscalização para que motoristas de transporte público coletivo respeitem passageiros a espera nos pontos de ônibus e parem, sempre que solicitado, para o embarque das pessoas, especialmente os idosos e a construção de pista de cooper junto à faixa de areia na praia. E ainda que a empresa Eudmarco apresente a relação de todos os produtos que armazena e manipula onde está estabelecida (av. Senador Dantas, 206). O senhor **Waldemir de Castro Brasil** solicitou instalação de semáforo ao final da Av. Governador Fernando Costa no cruzamento com a Av. Rei Alberto I, pois no local tem intenso trânsito de veículos, prejudicando a mobilidade dos munícipes, principalmente aqueles que circulam com crianças. Pediu a disciplina do trânsito na Av. Fernando Costa, com a sugestão de inclusão de rótulas na confluência da Rua Egídio Martins e Rua República do Equador e a alteração do ponto final dos ônibus municipais das linhas 04 e 08 para o outro lado da calçada (ao lado da delegacia), já que a linha 4 poderia seguir pela Av. Rei Alberto I e voltar no sentido normal do canal 7 pela praia. Quanto à linha 08, esta seguiria no seu trajeto normalmente. Demandou ao setor de infraestrutura e edificações a cobrar do proprietário que construa um muro em sua propriedade, bem como realizar consertos na calçada em frente ao seu imóvel, que está situado na esquina das avenidas Governador Fernando Costa e Rei Alberto I. A arquiteta Fernanda Alarcon disse que tudo o que está sendo falado está anotado, gravado e em ata, que todas as reivindicações são válidas. Esclareceu que a minuta já estava disponível desde a semana passada no site da prefeitura. Salientou que não teria condições de apresentar todos os artigos, pois são duzentos e dez. Informou ainda que houve divulgação através de panfletos, cartaz em ônibus, e-mail, WhatsApp, faixas, rede social, jornal impresso e tv. A senhora **Valeria** ratificou que o processo não pode ser tão corrido. O arquiteto Glaucus reforçou que o plano diretor é o primeiro passo, que tem outros planos fundamentais a serem revistos. Em seguida parabenizou a equipe. Confirmou que tudo está sendo anotado, o que for pertinente será incluído na minuta, ou será justificado caso não seja. Que muitas das reivindicações não são pertinentes ao plano diretor. Falou sobre o VLT, que é transporte de qualidade no mundo inteiro, que alguns problemas ocorreram na fase 1, mas é importante ressaltar que a fase 2 irá conectar com a região central e a expansão da linha 3 e 4 trará acesso de toda ilha. Ressaltou que o repovoamento do centro não significa expulsar moradores. Destacou que o bairro da Aparecida é diversificado. Informou que acabaram de aprovar a lei de padronização para as calçadas. Com relação aos questionamentos da senhora

Clarissa confirmou que existe diagnóstico e justificativas para as alterações do plano. A arquiteta Fernanda informou que no dia dezesseis de setembro a Sedurb realizará audiência devolutiva das contribuições enviadas. O arquiteto Glaucus lembrou que o processo do plano diretor termina na câmara que também irá discutir com a realização de audiências. E o plano tem diretrizes que vão gerar planos setoriais ou complementares. E não havendo nenhuma outra manifestação agradeceu a presença de todos e como nada mais havia a ser tratado, às onze horas e quarenta e cinco minutos, deu os trabalhos por encerrados.